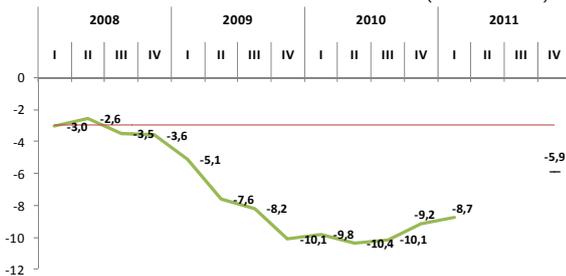


1 O Instituto Nacional de Estatística (INE) publicou no dia 29 de Junho as Contas Nacionais Trimestrais por Sector Institucional (CNT) para o 1.º trimestre de 2011. No âmbito desta publicação são divulgadas as contas do sector das Administrações Públicas (Tabela 1). Neste documento a UTAO apresenta uma nota rápida sobre os principais resultados e as respectivas implicações, sem prejuízo da elaboração de uma análise trimestral mais detalhada, incluindo a análise ao valor da dívida pública, a apresentar durante o mês de Julho.

Gráfico 1 - Saldo deslizante de 4 trimestres (em % do PIB)



Fonte: INE e Programa de Assistência Financeira do FMI/UE (para o objectivo referente ao 4.º trimestre de 2011).

2 No ano terminado no 1.º trimestre de 2011, a estimativa preliminar do INE aponta para um défice das administrações públicas equivalente a 8,7% do PIB. Este resultado reflecte uma redução de 0,5 p.p. do PIB face ao trimestre anterior (Gráfico 1), explicada na quase totalidade pela receita, em particular a receita fiscal (0,3 p.p.). O contributo da despesa para a redução do défice foi praticamente nulo, dado que a diminuição da despesa corrente primária em 0,3 p.p., induzida pela redução das despesas com pessoal (0,2 p.p.), foi anulada pelos contributos negativos decorrentes do acréscimo de juros e da despesa de capital, respectivamente em 0,2 e 0,1 p.p. do PIB.

Tabela 1 - Saldo trimestral das Administrações Públicas em contabilidade nacional

	em M€	em % do PIB	tvh (em %)	
2010	1.º trim	-3.886	-9,5	-9,1
	2.º trim	-4.629	-10,6	29,9
	3.º trim	-3.143	-7,2	-7,9
	4.º trim	-4.170	-9,3	-28,4
Total	-15.829	-9,2	-7,3	
2011	1.º trim	-3.177	-7,7	-18,3
	2.º trim			
	3.º trim			
	4.º trim			
Objectivo	-10.068	-5,9	-36,4	

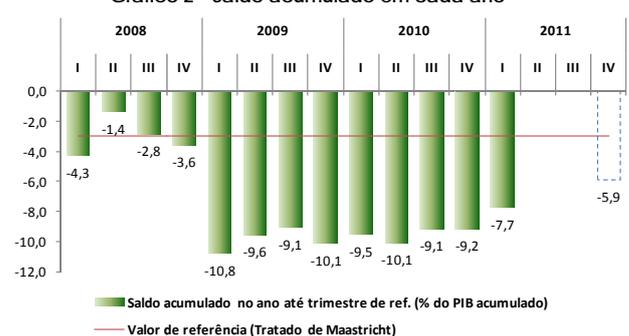
Fonte: INE e Programa de Assistência Financeira do FMI/UE.

Nota: para o cálculo do défice em percentagem do PIB foi utilizado o PIB nominal também disponibilizado no âmbito das CNT, uma vez que o mesmo se encontra não corrigido de sazonalidade. O défice de 2010 difere do apresentado para efeitos do Procedimento dos Défices Excessivos em Abril de 2011 (9,1%) porque este último inclui os juros associados a *swaps* e *forward rate agreements*.

3 Para o 1.º trimestre de 2011 o INE apura um défice de 3177 M€, correspondendo a 7,7% do PIB do trimestre e representando uma diminuição de 18,3% face ao trimestre homólogo (em pontos percentuais do PIB a diminuição é de 1,8). Não obstante esta variação positiva, o défice do 1.º trimestre representa já 31,6% do total previsto para o ano 2011 enquanto nos quatro anos anteriores representava em média 28,6% do défice do total do ano. Esta "execução" acima do padrão de anos anteriores poderá indiciar a

existência de um risco não negligenciável de se vir a verificar um défice superior ao objectivo (10 062 M€), razão pela qual a UTAO considera necessário efectuar um alerta. Colocando a questão de outra forma: tendo presente o saldo já apurado para o 1.º trimestre do ano, para que o défice de 2011 não ultrapasse o limite estabelecido será necessário que nos próximos três trimestres o défice acumulado não seja superior a 6891M€, isto é, em média, não ultrapasse 5,3% do PIB.

Gráfico 2 - Saldo acumulado em cada ano



Fonte: INE e Programa de Assistência Financeira do FMI/UE.

Nota: O saldo acumulado até ao 4.º trimestre corresponde ao saldo anual.

4 De salientar ainda que os dados do 2.º trimestre só estarão disponíveis nos últimos dias de Setembro, não sendo possível até essa data dispor de informação que permita confirmar com rigor se o défice orçamental se encontrará na em linha com o objectivo para o conjunto do ano. Este desfaseamento temporal acarreta um risco adicional de reduzir ao último trimestre do ano o período de actuação para uma eventual correcção da trajectória, caso esta divirja do objectivo do programa de assistência financeira do FMI/UE.

Tabela 2 - Saldo no 1.º trimestre de cada ano (em % do PIB)

	2008	2009	2010	2011
Exec. Orçamental	1,9	-2,0	-2,8	1,1
Contab. Nacional	-4,3	-10,8	-9,5	-7,7
Diferença	-6,1	-8,8	-6,7	-8,9

Fonte: Direcção-Geral do Orçamento (Sínteses de Execução Orçamental) e INE (Contas Nacionais).

5 A comparação entre o défice em contas nacionais e o défice em contabilidade pública mereceu uma referência alargada no destaque do INE. Com efeito, o acompanhamento da execução orçamental em contabilidade pública não tem permitido antecipar com fiabilidade o défice apurado posteriormente em contabilidade nacional. As diferenças foram especialmente relevantes no 1.º trimestre de 2011 quando comparadas com alguns dos anos anteriores (Tabela 2) e devem-se a um conjunto de factores para o qual a UTAO tem vindo a alertar nas Notas Mensais de Execução Orçamental (em contab. pública), destacando-se os seguintes: i) a diferença entre os juros pagos e os juros incorridos; ii) o ajustamento de especialização económica da receita fiscal e das contribuições sociais; iii) a variação das dívidas contraídas e não pagas de um ano para o outro; e iv) a existência de outras entidades no perímetro da Administração Pública com impacto no défice na óptica da contabilidade nacional.